

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

RONALDO BATISTA DE LIMA

**REVISÃO DE LITERATURA DO PÚBLICO-ALVO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS UTILIZANDO UMA ANÁLISE DE CORPUS TEXTUAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CORNÉLIO PROCÓPIO
2021

RONALDO BATISTA DE LIMA

**REVISÃO DE LITERATURA DO PÚBLICO-ALVO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS UTILIZANDO UMA ANÁLISE DE CORPUS TEXTUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina TCC 2, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Joselene Marques
Coorientador Prof. Me Rafael da S. Prado

CORNÉLIO PROCÓPIO
2021





FOLHA DE APROVAÇÃO

Ronaldo Batista de Lima

Revisão de literatura do público alvo: Educação Especial nas Universidades Brasileiras utilizando uma análise de corpus textual

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado às 19:00h no dia 03/12/2021, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná — UTFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática. O candidato foi arguido pela Banca Avaliadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação a Banca Avaliadora considerou o trabalho aprovado.

Profª Drª Joselene Marques
(orientadora)

Profa. Dra. Elisângela Aparecida da Silva Lizzi

Profa. Me. Maria Lucia de Carvalho Fontanini

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais José de Lima e Edite de Lima, por acreditar em mim, e dar toda ajuda possível e suporte necessário para chegar até aqui, agradeço também a minha irmã Milena de Lima e seu marido Mateus de oliveira, por sempre estar apoiando e ajudando no necessário.

Agradeço a minha orientadora Joselene Marques, por aceitar entrar nessa comigo, por sempre ter escutado, me amparado em momentos difíceis, por ser essa mulher determinada e maravilhosa que serve de inspiração, e a melhor companhia nos bares de cp.

Agradeço as Professoras Maria Lucia e Elisangela, por aceitarem em contribuir no meu trabalho de conclusão de curso. Agradeço a Nelia de Lima, pessoa que esteve comigo em todos os momentos, ajudando nas crises, e comemorando comigo a cada conquista, admiro a cada segundo sua força, generosidade e carinho comigo.

Agradeço aqui a Maria Carolina Gomes Pulcinelli, meu bb que entrou em minha vida, eu não lembro quando, mas que a conexão é gigante, que me acalma, me tranquiliza e me entende e pelas conversas, e por todas às idas na feira comer pastel, agradeço ao Daniel Igor Pellissari, por ser essa pessoa grande e iluminada, que é um irmão que a vida me deu, parceiro para todas as horas, que sempre me incentiva a não desistir dos meus projetos, só tenho orgulho desse menino.

Agradeço ao Luís Felipe Gonçalves Carneiro, por ter sido a mão esquerda que me falta, e ter me ajudado no que eu sempre precisava, e por ser essa pessoa disposta que sempre me apoiou nesse ciclo que se finda.

Agradeço a Kimberly Azevedo, por todo carinho, conversas, conselhos, ajuda e por ser esse turbilhão de emoção que é ser a Kimberly, e continue sendo essa pessoa pronta para tudo, agradeço aqui ao Luiz Otavio Fernandes, ao Paulo Henrique rodrigues e ao Wendell Palkovitz de Felice Carrijo, Por sempre estarem ao meu lado, por terem me ajudado sempre que necessitei, por terem me aturado, e pela paciência que tiveram comigo.

Agradeço ao Fernomar, desde o início ao meu lado, sempre me apoiando e me ajudando, e por ser essa pessoa competente, esforçada e determinada nos seus objetivos, são muitas histórias junto, agradeço a Amanda da Silva Ferreira, por ter sido uma irmã para mim, sempre esteve ao meu lado, por ser essa pessoa maravilhosa, minha admiração por você é enorme.

Agradeço a todos os familiares e amigos e colegas, que sempre me apoiaram, me incentivando e me ajudando e por sempre estarem ao meu lado, agradeço à vida por ter me dado a oportunidade de ter conhecido todas essas pessoas maravilhosas, de ter aprendido com cada uma delas, de ter observado suas experiências, levo comigo tudo que aprendi, sou grato a tudo isso.

RESUMO

LIMA, Ronaldo Batista de. **REVISÃO DE LITERATURA DO PÚBLICO-ALVO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS UTILIZANDO UMA ANÁLISE DE CORPUS TEXTUAIS** 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em matemática. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Cornélio Procópio, 2021.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica quanto a temática do público-alvo da educação especial no ensino superior. Esse tema foi escolhido a partir de um contexto pessoal que nasce da experiência vivida por mim, como um estudante com deficiência, durante todos os anos em que frequentei os bancos escolares até esse momento no Ensino Superior. É feita uma análise histórica, social e política sobre a Educação Especial, enfatizando como era e, como é tratado a pessoa com deficiência nas escolas até a chegada ao Ensino Universitário. O objetivo de discorrer sobre as nossas Constituições, se faz nítido a real importância de pesquisar sobre o aluno com deficiência ao longo dos séculos em nosso país. Através do estudo das legislações anteriores pode notar que houve uma omissão legislativa no que tange a temática, e com o passar do tempo as leis em relação a Educação Especial começaram a ficar mais expressivas. O ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior teve um histórico complicado, mostrando que mudanças passaram a existir depois de muita omissão e muita luta para que mudanças começassem a ocorrer em relação ao acesso do público-alvo da Educação Especial nas universidades brasileiras. Para validar e potencializar a importância do tema descrito foi utilizado a análise de corpus textual em textos principais que compuseram o referido trabalho. As análises usadas de similitude e nuvem de palavras permitiram verificar que as palavras destacadas em relação às maiores frequências e alto grau de relevância assertivamente representassem o foco principal do referido trabalho de revisão bibliográfica. Palavras de destaque como Deficiência e Educação ora são origem de ramificações de outras palavras importantes, ora estão envoltas em palavras expressivas, de forma que, mostra que os textos escolhidos para preparação do trabalho realmente são uma base sólida para o desenvolvimento do tema e oportuniza uma forma de leitura dinâmica do referido trabalho e chegando a um nível de compreensão do mesmo, sem conhecê-lo por inteiro.

Palavras-chave: Deficiência. Educação. Corpus Textuais. Legislações.

ABSTRACT

LIMA, Ronaldo Batista de. **REVISÃO DE LITERATURA DO PÚBLICO-ALVO: EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS UTILIZANDO UMA ANÁLISE DE CORPUS TEXTUAIS** 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em matemática. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Cornélio Procópio, 2021.

The present work aims to carry out a literature review on the theme of the target audience of special education in higher education. This theme was chosen from a personal context that stems from the experience lived by me, as a student with a disability, during all the years that I attended the school benches until that moment in Higher Education. A historical, social and political analysis of Special Education is carried out, emphasizing how it was and how people with disabilities are treated in schools until they reach university education. In order to discuss our Constitutions, the real importance of researching students with disabilities over the centuries in our country becomes clear. Through the study of previous legislation, it can be noticed that there was a legislative omission regarding the theme, and with the passage of time, the laws in relation to Special Education began to become more expressive. The entry of students with disabilities into higher education had a complicated history, showing that changes came into being after a lot of omission and a lot of struggle for changes to begin to occur in relation to the access of the target audience for Special Education in Brazilian universities. To validate and enhance the importance of the theme described, the textual corpus analysis was used in the main texts that made up the aforementioned work. The analyzes of similarity and word cloud used allowed us to verify that the words highlighted in relation to the highest frequencies and high degree of relevance assertively represent the main focus of the referred bibliographic review work. Prominent words such as Disability and Education are sometimes the origin of ramifications of other important words, sometimes they are wrapped in expressive words, in a way that shows that the texts chosen for the work's preparation really are a solid basis for the development of the theme and provide an opportunity for a form of dynamic reading of the referred work and reaching a level of comprehension of it, without knowing it in full.

Keywords: Disability. Education, Textual Corpus. Legislation.

LISTA DE SIGLAS

PAEE	Público-alvo da educação especial
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
NAI	Núcleo de acessibilidade e inclusão
PNE	Pessoa com necessidades especiais
ONU	Organização da Nações Unidas
CF	Constituição Federal
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	OBJETIVOS.....	12
1.1.1	Objetivos gerais.....	12
1.1.2	Objetivos específicos.....	12
2	JUSTIFICATIVA.....	13
3	PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA RELAÇÃO NA SOCIEDADE DESDE A ANTIGUIDADE.....	15
4	A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	17
5	CONCEITO DE ESTADO MODERNO.....	19
6	EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	20
7	LEI DE COTAS (13.409/2016)	28
8	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
8.1	Análise textual.....	29
8.2	Software Iramuteq.....	30
9	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	32
9.1	Análise de Similitude.....	33
9.2	Análise por meio de nuvem de palavras.....	35
10	Conclusão.....	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE A	41
	APÊNDICE B	44

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a Educação Superior vem, nos últimos anos, tendo um crescimento exponencial em relação à sua aderência por parte dos alunos que estão na idade escolar apropriada. Esse crescimento está longe de ocorrer da mesma forma, em relação ao público-alvo da Educação Especial.

Entretanto, as ações destinadas aos estudantes com deficiência, ainda estão em desenvolvimento, conforme apontam algumas pesquisas (Maciel; Anache, 2017), o ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior tem um histórico complicado. Houve muitas mudanças com o decorrer do tempo, mas “ é ainda preciso que elas se intensifiquem para que possa ser considerado que realmente houve uma mudança de quadro relevante”.

A Política de Cotas é uma das políticas públicas que reflete no ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior, esta possui como um de seus públicos-alvo as pessoas com deficiência, Lei (13.409/2016) compreende entre os grupos dessa ação, pessoas com deficiência, favorecendo assim, oportunidades de acesso à educação superior para estudantes desse grupo. Entretanto, as ações de permanência ainda estão sendo elaboradas para atender essa legislação publicada em 2016. O PAEE (público-alvo da educação especial) na educação superior ainda encontra obstáculos importantes, inclusive falta de profissionais para atender esses estudantes na educação superior. (Maciel; Buytendorp; Meneses, 2018).

Analisando muitas bibliografias, a história da educação de pessoas com deficiência é determinada por situações de exclusão social e de discriminações negativas, que ao longo do tempo desencadearam lutas e, assim, conquistas por meio de leis que foram impondo a sociedade que tivesse um olhar diferente para essas novas situações. Nessa perspectiva, para Gramsci (1978) a possibilidade não significa precisamente a realidade, porém, torna-se real que o homem possa ou não realizar uma ação, superando sua condição inicial por meio de novos conhecimentos.

Diante da experiência vivida por mim, como um estudante com deficiência, durante todos os anos em que frequentei os bancos escolares até esse momento no Ensino Superior, proponho analisar como foi tratado ao longo do tempo a pessoa com deficiência em nossas legislações e constituições, com o objetivo de compreender qual era a real importância do aluno com deficiência ao longo dos séculos em nosso país.

Veremos que a educação como direito de todos aparecerá fortemente em algumas constituições, porém veremos com base na utilização de análises de corpus¹ como se dá a materialização desses direitos na prática e como tem sido debatido nos meios acadêmicos, pois esse debate se mostra necessário para que ocorra uma integração aos direitos, para Bastos (2010) define os direitos das pessoas portadoras de deficiência da seguinte forma: (...) possuem tantos direitos quanto às pessoas que não possuem deficiência, e às vezes até mais, mas não no sentido de compensação da deficiência, mas no sentido de proporcionar a igualdade material.

Necessário esclarecer nesse ponto as terminologias que definirão o conceito da pessoa com deficiência ao longo do tempo, foi sofrendo variações conforme nos mostra Silva e Keske (2021) “Na trajetória brasileira, a descrição da deficiência está presente desde a Constituição Federal de 1934, onde constavam os termos, “inválido”, incapacitado, “aleijado”, “defeituoso” e “desvalido”. Na sequência, em 1937 surgiu o termo “excepcional”; e, em 1978, foi usado, pela primeira vez, o termo “pessoa deficiente”, que permaneceu por 10 anos, uma vez que, em 1988, foi adotado o termo “portadores de deficiência”; e assim foi até 1993. Já em 1994 surgiu o termo “pessoa com necessidades especiais” e a sigla (PNE). Entretanto, só em 2009 é que tivemos a mudança para o termo vigente e orientado pela ONU (Organização das nações unidas), ou seja, “pessoa com deficiência (apud RIBEIRO, 2016).

Observa-se que durante muitos anos houve um intenso esforço para realizar a construção de uma nomenclatura que pudesse incluir esse grupo de pessoas, que por muitos anos receberam conceituação não condizente com sua condição, muitos dessas terminologias por si só já traziam em seu bojo um fator excludente (SILVA; KESKE, 2021 p. 7).

¹ Área da Linguística utilizada para coleta e análise de bases com dados textuais produzidos por falantes reais, a exemplo de discursos, debates em mídias digitais, textos históricos, e outras formas de produção, como as transcrições de entrevistas para análises posteriores.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Elaborar uma revisão literária enfatizando como público-alvo a Educação Especial nas Universidades Brasileiras utilizando análises textuais.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever momento histórico, político e social da Educação Especial no Brasil, focando no ensino universitário.
- Utilizar a análise textual para validar a potencialização e importância do tema descrito.

2 Justificativa

O presente trabalho tem como objetivo ser uma exploração quanto a temática do público-alvo da educação especial no ensino superior, esse tema foi escolhido a partir de um contexto pessoal todo carregado de significado pessoal; da curiosidade despertada ao longo dos anos na academia e as vivências que tive no momento histórico em que estamos passando. Possuo deficiência desde meu nascimento em junho de 1988, sendo minha deficiência a ausência congênita de membro superior esquerdo da mão e antebraço.

Vivendo a mais de 350 km de Curitiba, na região Nordeste do estado, tive uma vida em tese tranquila, sem muitos conflitos, sendo a única a possuir alguma deficiência no período de escolarização básica, e isso não foi um impeditivo para a aprendizagem, porém sempre tive muita dificuldade em compreender o porquê era a única pessoa com deficiência naquela escola.

Observei ao longo de minha adolescência que o preconceito é algo que anda de mãos dadas com quem possui alguma deficiência, em meu caso sempre foi muito comum ouvir a expressão “ele só não tem uma mão”, sei que pouco avançamos ainda na luta pela inclusão em vários campos de nossa sociedade.

Notadamente no ensino superior, por esta razão entendo que quanto mais trabalhos abordarem o tema, e de preferência no âmbito da universidade, em especial para educadores e portadores de diplomas de licenciaturas, mais esses profissionais compreenderão a importância desta abordagem e se tornarão multiplicadores desse conhecimento, dessa compreensão para sociedade, para que seja possível ajudar aquele aluno na rede básica de ensino que ainda não tem total compreensão da razão pela qual possui alguma deficiência.

Durante os anos de ensino superior e analisando a questão sob outra ótica, observo que durante minha época de escolarização não havia muitos recursos para as pessoas com deficiência no que diz respeito à educação e ao ensino, e parece que ao analisarmos como a educação foi tratada ao longo dos anos desde nosso Brasil Imperial, sempre foi pouco cuidado, tendo avanços consideráveis somente nas últimas décadas.

A questão ligada à inclusão é algo de grande valia para a pessoa com deficiência; ao ser inserida com pessoas que não possuem deficiências temos a possibilidade de mostrar para essas pessoas a importância de respeitar as diferenças,

e isso acaba por ser algo muito importante em nosso desenvolvimento pessoal. A educação e a família também são de grande importância para ajudar na autonomia e desenvolvimento pessoal da pessoa com deficiência.

A experiência que vivi demonstra em tese a realidade vivida por muitas pessoas com alguma deficiência, não tive incentivo para cursar o ensino superior, naturalmente que isso se deu em decorrência de pouca informação que meus pais tiveram ao longo de suas vidas quanto a temática, pois em sua concepção não seria capaz de viver de maneira independente fora do olhar atento e observador deles, longe de casa em um campus universitário.

No entanto minha vivência na UTFPR mudou em muito a forma de pensar, refletir e analisar a situação em que encontrava; aprendi a viver de maneira autônoma em uma cidade longe de meus pais, fácil não foi, mas tive pessoas que sempre me ajudaram, no meu primeiro semestre cursei a disciplina de construção geométrica e a professora teve um olhar diferente para com a minha deficiência, notando a minha dificuldade providenciou acessórios de desenhos; prancheta para que a folha não escorregasse, com essas pequenas iniciativas consegui ter um melhor aproveitamento e isso gerou um impacto muito positivo tanto na questão acadêmica como em meu desenvolvimento pessoal e de compreensão acerca da deficiência.

A maneira como essa docente sempre demonstrava um olhar atento para com minha deficiência gerou profundas marcas positivas na forma como eu olhava para minha questão pessoal, que se retrata nas questões pessoais de muitas outras pessoas que também sofreram com a mesma falta de compreensão sobre o assunto.

A professora sempre destinou uma mesa maior para que eu pudesse ter mais espaço e realmente isso fez a diferença, pude perceber ali que realmente somos todos diferentes e precisamos nos apoiar, a partir disso comecei a envolver mais com a inclusão das pessoas na sociedade, e perceber que de fato precisamos de pessoas sempre nos apoiando para que os direitos adquiridos para as pessoas com deficiências não se percam e não sejam tirados. Dentro da UTFPR participei de alguns eventos de inclusão, e fui convidado para participar do NAI (núcleo de Acessibilidade inclusão) da UTFPR, sendo bolsista do programa de apoio a estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). A partir de toda essa vivência dentro da UTFPR analisando as dificuldades das pessoas com deficiências sempre indaguei, onde estão as pessoas com deficiência e qual o motivo das pessoas com deficiência não ocuparem todos os lugares em nossa

sociedade hodierna, esses questionamentos internos serviu de base para o aprofundamento da temática da pessoa com deficiência, onde procurei pesquisar o que é produzido no âmbito da literatura acadêmica.

O objetivo é que as pessoas cometam menos capacitismo² e sejam mais inclusivas para que elas possam ensinar a inclusão para todas as pessoas e que desenvolvam uma autonomia em pessoas com alguma limitação em toda sua formação não só para que chegue com todas as oportunidades de cursar uma universidade, mas que desenvolvam autonomia para uma melhor qualidade de vida em sociedade.

A que se frisar que a ideia inicial do trabalho seria a de fazer um estudo relativo a entrada e saída do (PAEE) público-alvo da educação especial com base nos dados obtidos na plataforma do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), no entanto após várias orientações esclarecedoras, tornou-se mais proveitoso seguir o caminho da análise de corpus, uma vez que ela irá realizar o cruzamento dos dados coletados em resumos de artigos que foram utilizados como levantamento bibliográfico com o intuito de observar de maneira empírica como ocorre a apresentação do tema deficiência, e a partir daí poderemos realizar novas leituras acerca do assunto abordado ao longo do trabalho.

3 A pessoa com deficiência e sua relação na sociedade desde a antiguidade

A realidade vivida por muitos alunos da educação especial dentro das universidades brasileiras é um tema que merece ser trabalhado para ampliar os conhecimentos em torno da temática, pois veremos que ao longo da história da educação que se trata de uma discussão ainda bem jovem e uma imersão ao longo da história da educação nos ajudara a compreender o motivo pelo qual a pessoa com deficiência sempre teve pouco espaço ao longo das legislações.

A forma como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo do tempo no âmbito da história da educação sempre foi determinado pelas concepções de grupos dominantes, Na Antiguidade Clássica com seu padrão de perfeição, com a valorização do culto ao corpo, pessoas com deficiências eram marginalizadas e segregadas, na Polis guerreira Esparta essa segregação atingia pontos ainda mais estarrecedores onde crianças que nasciam com alguma fragilidade ou deficiência eram jogadas do

² Discriminação de pessoas com algum tipo de deficiência.

alto de uma montanha por não estarem dentro do padrão físico pré-estabelecido (SULLIVAN, 2001).

Na Roma antiga o infanticídio era justificado para que houvesse uma distinção entre as pessoas saudáveis das pessoas inúteis dentro da sociedade romana, pois as deficiências eram tidas como monstruosidades conforme podemos ver no discurso de Sêneca (4-65 d.C)

Matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis". (p.46).

Não muito diferente é a maneira de como são encaradas as pessoas com alguma forma de deficiência na Europa durante a Idade Média, período esse denominado por muitos pensadores do Renascimento como a idade das trevas, embora esta visão chega carregada de pré-conceitos, no que tange ao tratamento de pessoas com deficiência, passa a ser uma realidade, pois eram associados a demônios ou possuíam alguma ligação com a feitiçaria, destarte eram perseguidos e mortos.

Por vezes ainda existia uma mistura de compreensão oposta a forma de ver o deficiente; de acordo com Ferreira (1994, p.67) "Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito a expressão do poder sobrenatural, ou seja o acesso as verdades inatingíveis para a maioria"

Como retrato da perseguição; preconceito e hostilização podemos recorrer a Literatura pra analisarmos como se dava o trato com pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, no ano de 1831 temos o romance do escritor francês Victor Hugo "o Corcunda de Notre Dame" que retrata a história de Quasímodo; um homem que possui deficiências físicas e vive isolado na famosa catedral de Notre Dame, em Paris; debaixo dos cuidados de Claude Frollo, um arqui-diácono rígido e preconceituoso.

Na análise da obra podemos observar para nosso objeto de estudo a maneira como o diferente era tratado nesse período histórico, o diferente retratado na aparência física de Quasímodo o fazia viver em isolamento, sofrendo hostilidades, sendo motivos piadas, revelando dessa forma uma denúncia de conflitos presentes na dinâmica social daquele período.

Conforme a citado anteriormente a concepção de deficiência física e a forma como é olhada passa pelo viés político, podemos perceber explicitamente essa questão quando chegamos ao século XX, onde tivemos duas Guerras Mundiais, ao

término dessas guerras a grande quantidade de pessoas que tinham sequelas físicas em decorrência de sua participação como soldados tornou-se uma questão política em várias partes do mundo, sofrendo uma pressão internacional ainda maior após a elaboração do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) onde o Estado exercia uma intervenção ativa na vida social e econômica com o objetivo de garantir oportunidades iguais para todos os seus cidadãos por meio de distribuição de renda e prestação de serviços de educação e saúde com qualidade para garantir um bem estar social.

É nesse bojo de movimentações políticas e sociais que nasce no pós guerra a Organização da Nações Unidas (ONU) onde no ano de 1981 é proclamado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, sendo um grande fato histórico para discussões acerca da temática, onde a pessoa com deficiência passa a sair do isolamento, da exclusão, como o que vivia Quasímodo, de Victor Hugo, para começar a ser notada:

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981- Ano Internacional da Pessoa Deficiente- tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008, p.115).

4 A Educação da pessoa com deficiência no Brasil.

A educação como um direito de todos está prevista em nossa Constituição cidadã a mais de 3 décadas, onde podemos observar em seu artigo 205 a objetividade da lei, que garante que a educação deve ser fornecida a todos sem nenhuma discriminação ou preconceito, para que os educandos possam atingir todo seu potencial com o objetivo de atingir o pleno desenvolvimento da pessoa:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1990)

A Constituição ainda cita que é responsabilidade do Estado e do poder público o atendimento para as pessoas que possuem deficiências conforme podemos observar no texto da lei:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1990)

Quando analisamos as Constituições que foram promulgadas anteriormente notamos que avançamos a passos largos em nossa Carta Magna, veremos isso ao longo de nosso trabalho ao passarmos, ainda que de forma concisa; sucinta e breve pelas sete constituições que tivemos desde nossa Independência.

A educação voltada para inclusão ainda merece atenção, pois embora vários dispositivos legais procurem normatizar procedimentos, e instrumentalizar sua aplicação, observamos que é algo bem recente.

Ademais a educação voltada para inclusão será discutida no espaço que circunda a educação especial nas universidades brasileiras, é nesse contexto que pretendemos trabalhar ainda que de maneira lacônica conceitos ligados a leis que tratam do acesso à educação especial no Brasil.

Trabalhar o conceito de educação especial não é algo relativamente simples, pois está impregnado de significados ao redor deste tema, por muitas vezes polêmicos, mas importante. A trajetória para procuramos compreender a educação especial começa no ano de 1854 que é tido como o marco inicial da educação especial em nosso país, quando da criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, o instituto foi criado pelo decreto n ° 1.428 de setembro de 1854, onde delegava a instrução primária e secundária da educação moral e religiosa, musical e pequenos ofícios fabris.

Esse projeto foi criado pelo primeiro professor cego do Brasil, que foi também o responsável pela introdução do método de educação Braille em nosso país, o professor José Alvares de Azevedo, sua ideação de criar esse projeto é fruto de seus anos de estudos na cidade de Paris, onde por seis anos estuda no renomado Institution Imperiale des Jeunes Aveugles.(Lemos, 2003)

Quando de seu retorno ao Brasil Azevedo se torna professor da cátedra de História do colégio Barão de Tautphoeus e começa a publicar inúmeros artigos nos jornais de circulação da cidade do Rio de Janeiro, sobre o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris (GUERREIRO, 2007, p. 77).

Grande interventor da proposta de criação do instituto para meninos cegos junto a D. Pedro II, foi o médico francês José Francisco Xavier Sigaud que era médico do imperador, e responsável pela criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro,

sua filha Adèle Marie que era cega recebia aulas do professor Jose Alvares de Azevedo (FIALHO, 1978, p. 204).

5 Conceito de Estado moderno

Ao fazermos uma na análise histórica de nossas Constituições com o objetivo de analisar e chegar a algumas conclusões acerca de como foi tratada no texto Constitucional ao longo do tempo a educação constata-se que por vezes foi dispensado tratamento a temática da educação.

Quando falamos em educação como política de Estado, necessariamente será muito oportuno considerar o conceito de Estado, principalmente relacionados aos aspectos sociológicos para compreensão do assunto. Temos duas teorias que se sobressaem na explicação do conceito de Estado: A funcionalista e a marxista. “Enquanto a primeira se preocupa essencialmente com o problema da conservação social, a segunda se preocupa essencialmente com a mudança social” (BOBBIO, 1987, p. 59).

Sendo o funcionalismo uma teoria relacionada a ordem, que busca compreender a sociedade a partir de mudanças que ocorrem no interior, explicando as mudanças na sociedade a partir de ações individuais e coletivas, em contra partida temos o marxismo, que e conhecido como a teoria da ruptura e da contradição. “Marx e os marxistas sempre preconizaram, analisaram e prefiguraram a grande mudança, aquela que coloca em crise um determinado sistema e dele cria, através de um salto qualitativo, um outro sistema” (BOBBIO, 1987, p. 59).

Marx e Engels tinham um viés classista, todos os seus trabalhos, produções e observações de estudo estavam ligados a observação das lutas de classe; eles denunciavam de forma pesada a atuação das classes sociais por não possuírem neutralidade, conceito fundamental para analisarmos como a educação foi conduzida ao longo de nossas constituições, que sempre tiveram algum grupo dominante com sua ideologia ao legislarem acerca de nossa nação.

A função do Estado, na teoria marxiana, é defender os interesses das classes dominantes através de seus instrumentos de regulação: sistema jurídico e o aparato militar e policial. Segundo Marx, “este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no

exterior, para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (MARX, 1993, p.98)

Para Weber existe o conceito de que o Estado é uma “relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 1999 p. 526), por este motivo o fato do Estado poder utilizar a força legal de maneira racional para exercer o controle. Weber vai construir uma teoria de estado objetiva considerando que o povo é uma unidade estatal com seus valores políticos, compreende-se que o Estado tem um papel relevante, que se materializa através de elementos que fazem a sua formação e constituição, onde a existência de um poder sobre as pessoas que ali vivem passa a ser elemento central para a formação desse Estado. Esse Estado é quem irá ser capaz de tomar decisões que podem impactar de maneira positiva ou negativa na vida das pessoas que o constituem.

Em movimento contrário temos a ideia de Émile Durkheim que defende que o Estado é quem resgata o indivíduo da sociedade, não sendo um tirano” (DURKHEIM, 2002, p.96). Sendo um elemento organizador das relações sociais de forma independente, que fortalece a consciência coletiva e assegura a individualidade, é o Estado que estimula o debate com o objetivo de resolver conflitos individuais e coletivos e a partir dessas deliberações nascem as liberdades. (DURKHEIM, 2002, p.88).

É importante destacar que tanto Marx como Durkheim não desenvolveram uma teoria propriamente de Estado, mas propuseram grandes contribuições sobre o tema, e se faz necessário ter mesmo que de maneira breve e simples uma pequena noção de como alguns pensadores modernos conceberam o conceito de Estado.

6 Educação para pessoas com deficiências na legislação Brasileira

A educação em nosso país não era algo tido como importante no século XIX, veremos a partir de agora que a educação como preocupação nacional só será temática de discussão no início do século XX em decorrência do capitalismo e da implantação da República, quando citamos que só será como um apêndice do capitalismo é porque teremos envolvido as necessidades dos burgueses detentores de grande capital bem como as questões do mundo agrário no alvorecer do século XX.

Em 1824 tivemos a Constituição Imperial que passa a prever a criação de colégios e universidades, estatuidando o ensino gratuito para os cidadãos em seu Título 8º; artigo 179, incisos XXXII e XXXIII:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. (...) XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (BRASIL, Constituição Política do Império, 1824)

E necessário compreender o conceito da definição de cidadão brasileiros no momento da outorga da citada Constituição, pois a referida constituição não era garantia de educação a todos os cidadãos, uma vez que o artigo 6 trazia a seguinte redação:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio. III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil. IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia. V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação. (BRASIL, Constituição Política do Império, 1824)

Notamos a partir da leitura do artigo que negros e escravos que haviam conseguido a liberdade não poderiam à época ter os direitos educacionais garantidos, após 67 anos temos a Constituição Republicana de 1891, que se dá em um momento que é reconhecido pela historiografia como Brasil Republica, a proclamação da República irá ocorrer em 15 de Novembro de 1889, na sequencia temos a elaboração da 2ª Constituição de nosso país, em um período que ocorrem mudanças de real

significado no campo político e econômico, dentro do aspecto político vemos acontecer a abolição do trabalho escravo, no campo econômico o parque industrial brasileiro começa a ser ampliado para atender maiores mercados consumidores, isso causa um movimento migratório interno muito intenso, onde as populações do meio rural passam a se deslocar para os grandes centros urbanos, gerando uma ocupação desordenada que iria trazer a posteriori grandes dificuldades sociais, que estão refletidas até os dias atuais na grandes metrópoles de nosso Brasil.

Fica bastante evidente que entre as principais inovações dessa Constituição, a educação não é algo a ser cuidado, nota-se que é separado as competências relativas a educação passando a União a competência para elaborar as leis relativas ao ensino superior e aos Estados, o ensino primário e secundário. Algo a ser considerado nesse momento é que a necessidade de mão de obra qualificada ira servir de motor propulsor para que algumas mudanças no campo da educação ocorram em momentos posteriores.

Necessário observamos que apesar da alteração no sistema político, de Império para República, não ocorre na prática uma mudança no modelo político-ideológico, sendo o modelo com uma orientação liberal precipuamente na garantia de direitos sociais, ficando a educação relegada, muda-se o a forma de governo, mas não ocorre mudança na educação (MALISKA, 2001, p. 23)

Um divisor de águas foi a Constituição de 1934 que ocorre num período histórico de denominado segunda República, para compreendermos as estruturas educacionais presentes na “Carta Magna” de 34 é imperativo relembremos o contexto histórico em que ela foi promulgada, apenas 5 anos antes, em 1929 uma grave crise econômica avassalou os Estados Unidos causando um grande impacto social e econômico sem precedentes naquele país, culminado na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, essa grave crise causou efeitos em toda América Latina, inclusive aqui no Brasil, onde a política econômica do café com leite passou a ser afetada rigorosamente e sem desvios.

Juntando a essa problemática temos um grande descontentamento de grande parcela da população que está descontente com os caminhos percorridos pelo governo na política; economia e educação, e esse descontentamento vai gerar grandes revoltas pelo país, e em 1930 Getúlio Vargas assume o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em 14 de novembro de 1930 temos a criação do ministério da educação e da saúde pública, sendo um dos primeiros ministérios criados pelo Governo provisório de Getúlio Vargas. É nesse bojo de criações que 13 meses após a criação do Ministério da educação e Saúde pública temos a realização da “IV Conferência Nacional da Educação” que tinha como objetivo elaborar um projeto educacional para o Brasil, mas devido a ideologização e divisões que haviam no campo político acabou por afetar diretamente a mesa de trabalho da Conferência, não chegando aos resultados esperados, no entanto houve a produção de um Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Podemos inferir que passa a ser uma nova educação em certos aspectos, pois a partir da Constituição de 1934 a educação passa a ser um direito de todos, devendo ser garantido pelos poderes públicos, mas insere a responsabilidades dos pais como sendo sujeito ativo no processo de educação dos filhos conforme podemos ver na leitura do artigo 149 da constituição de 1934:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Percebe-se que a educação passa a ter um lugar de destaque na Constituição, recebendo um capítulo todo dedicado a educação e acrescentando ao longo do texto várias propostas atinentes a pauta da educação que eram propostas por intelectuais daquele período. (COSTA, 2002, p.15).

Para um observador atento que estivesse observando a Constituição de 1934 e todos os seus avanços na área da educação poderia ser facilmente levado a crer que a próxima; a Constituição de 1937 seria ainda melhor, mas seria um leve grande engano, pois houve um grande retrocesso no campo da educação a Constituição Federal de 1937, pois ela estabelece a união entre a educação a valores cívicos e econômicos, podemos notar que passa a preponderar o interesse econômico na área escolar, onde as escolas particulares passam a ter maior procura. A gratuidade foi tratada como uma exceção a quem poderia alegar ser pobre na forma da lei, aos outros que não pudessem alegar” escassez de recursos seria cobrada uma contribuição mensal”.

Vemos uma construção de uma Constituição com muitos contraste com sua anterior, a Constituição de 1937 tem uma base alicerçada nos movimentos extremista de regime fascista da Europa, onde a União passa a ter uma ampla competência para impor e determinar o caminhar da educação nacional, delineando os caminhos que serão percorridos os aspectos físicos, intelectual e moral da infância e da juventude.

O que podemos inferir é que não existe ainda uma preocupação clara por parte do governo em chamar para si a responsabilização para com a educação especial, pois nesse momento o governo do Estado Novo se ocupa em ter um controle total, cabe lembrar que a existem nesse momento movimentos que estão procurando trabalhar questões atinentes a educação especial, mas ainda são movimentos isolados ou sem grandes representações no cenário nacional.

Em 18 de setembro de 1946 temos a promulgação da Constituição de 1946; que tem um caráter democrático assim como o tinha a de 34; vemos serem retomados os direitos individuais, sendo devolvido nesse momento a independência ao poder Executivo; Legislativo e Judiciário, os estados e municípios passam a ter autonomia, esse documento é muito importante para nosso objeto de estudo, pois nos parece certo que é nesse momento que o Estado brasileiro passa a reconhecer a educação especial, e esse reconhecimento vira na forma da lei de diretrizes e base da educação nº 4024/61.

Em vários países espalhados ao redor mundo haviam movimentos que advogavam a educação especial, fazendo com que o governo brasileiro sofresse essa pressão e passa-se a prestar assistência financeira e técnica às instituições que prestavam atendimentos (FACION, 2009).

Vemos pela primeira vez ver a menção sobre educação especial no texto seco da Lei, ela irá apresentar-se no título x da Educação de Excepcionais:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

Infere-se pela leitura do artigo 89 que aquelas instituições que desenvolviam o trabalho isolado de atender e prestar todos os cuidados necessários aos deficientes, agora não estão mais sozinhos, pois toda iniciativa de cunho privado que é considerado pelo estado como prestando um trabalho eficiente passaria a receber um tratamento especial que viria em forma de bolsas de estudo; empréstimos e subvenções.

Todavia não existe ainda um olhar educacional por parte do Estado para com a educação especial, mas existe sim um assistencialismo, pois os recursos financeiros utilizados eram para cobrir essas demandas eram pagas com o dinheiro da assistência social (MENDES, 2010).

O que passa a observar e que a partir da fixação dos artigos 88 e 89 da lei 4024/61 a corrida para abertura de novas instituições com a finalidade de assistir pessoas com deficiências passou a crescer de maneira exponencial, nos falta ainda estudos para compreensão do porque elas aumentaram, será que foi devido a questões pecuniárias? Ou então ouve uma flexibilização na legislação para criação dessas instituições? O que sabemos e que o maior avolumamento e de instituições privadas.

O fato é que essa lei foi uma grande alavanca, pois com uma grande quantidade de instituições interessadas em prestar esse atendimento o Estado passa a ser forçado a prestar maior apoio e não somente em amparo pecuniário, mas também em questões ligadas a área administrativa e educacional compondo-se dessa maneira a necessidade de regulação própria para esse campo, entrando em cena as escolas de integração nos anos 70 (MENDES, 2010).

Em março de 1967 uma nova Constituição foi adotada no Brasil, essa nova Constituição passa a enfraquecer o poder federativa e a autonomia política do Estado e da forças muito dinâmicas ao poder executivo, essa nova carta colocava o poder executivo como o principal responsável pela administração pública e segurança nacional, não iremos nos ater as questões de segurança, pois é uma questão que envolve vários mecanismos criados pelo governo com o objetivo de ter o “controle” dos meios de comunicação; movimentos culturais etc, mas nosso objetivo é fazer uma concisa leitura de como essa “ Constituição” impactou na educação e ainda mais em nosso objeto de estudo, que é a educação especial.

A nova Constituição começa alterando os investimentos em educação, pois agora não é mais necessário que a União invista um mínimo na educação, pois vimos

anteriormente na análise da Constituição de 1946 que havia um mínimo do orçamento que deveria ser investido na educação, que foi instrumentalizado pela lei de diretrizes e base da educação de 1961 onde no título XII referentes aos recursos destinados à educação em seu Artigo 92

Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo.

Podemos observar que existia a obrigatoriedade até esse momento de um gasto mínimo por parte da União; Estados e Municípios, mas agora com a nova legislação em vigor tem-se uma desoneração por parte da União, competindo somente aos municípios, o que irá causar um profundo impacto, o professor Dermeval Saviani em seu estudo o legado educacional do regime militar nos mostra que durante a vigência dessa nova legislação o governo vai aos poucos reduzindo os gastos com a educação: “Em consequência da exclusão do princípio da vinculação orçamentária, o governo federal foi reduzindo progressivamente os: “desceu de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5, 20%” (Vieira, 1983, p. 215). Assim, liberado da imposição constitucional, o investimento em educação por parte do MEC chegou a aproximadamente um terço do mínimo fixado pela Constituição de 1946 e confirmado pela LDB de 1961” (SAVIANI, 2008, pg 298)

Temos que salientar que existe um leve movimento voltado para a educação especial implícito nessa constituição, porém bem tímido, em seu inciso 2º relativo a assistência educativa para alunos que possuíssem alguma forma de necessidade, porém o texto não traz uma tipificação sobre qual seria as necessidades a serem cobertas pela legislação:

Art. 169 Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e, a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, o qual terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 2º - Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar

Não está definido de forma bem especificada a forma como o Estado iria cuidar das necessidades da educação especial nesse contexto da legislação de 67, ainda que exista de implícita, não é o necessário para termos como um momento a ser

referendado pela história da educação no que concerne à importância para a educação especial. A forma como será administrada a questão da educação especial em nosso país só será efetivamente tratada e cuidada no texto constitucional de 1988, na fronteira do século XX.

É o primeiro momento que um texto constitucional não começa já tendo um anteprojeto prévio, mas deputados e senadores eleitos de maneira democrática no ano de 1986 iniciaram um grupo de trabalho em fevereiro de 1987, tendo uma intensa participação da sociedade como um todo, participando associações de diversos segmentos. A Constituinte teve grande envolvimento popular e seu texto final incorporou várias demandas que anteriormente não recebiam espaços na legislação, é nesse documento que irá aparecer pela vez a educação como um direito social: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Conforme observamos a educação passa a ser um direito social, e isso causa um impacto profundo e positivo na esfera do Estado, pois os direitos sociais passam a representar uma garantia constitucional que quem tem como intuito permitir a partir de agora um mínimo necessário para ter suas necessidades garantidas, no caso in loco, a educação.

Notamos que o texto Constitucional procura alistar garantias mínimas, e muitas dessas garantias vão ser ao longo dos anos subsequentes materializadas na forma de leis infraconstitucionais, decretos, como maneira de garantir recursos do governo para aplicação da lei, atendendo as necessidades do cidadãos e a efetividade desses direitos sociais.

Aqui vemos o contraste desse texto Constitucional quando comparado com as anteriores, pois haverá também um dispositivo sobre educação especial debaixo da forma de atendimento educacional especializado:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:³

³ Optamos por suprimir os incisos I e II, mas devido sua relevância o citamos aqui:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

As pessoas com necessidades especiais a partir de agora irão receber educação, e essa educação deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, pois desta forma haverá uma maior integração desses alunos com a sociedade em geral, sendo possível que se atinja uma inclusão e aos poucos tornando a educação especial algo ligado fortemente a concepção e conhecimento de todos os setores da sociedade.

7 Lei de cotas (13.409/2016)

A Lei das cotas nasce de ações políticas, como políticas afirmativas que são focadas em promover a inclusão socioeconômica de grupos que sofrem algum tipo de discriminação, assim como as políticas de indução federais que visam proporcionar serviços básicos sociais para “tentar” corrigir as desigualdades sociais e econômicas desses grupos discriminados.

No ano de 2016 tivemos em nosso país uma política afirmativa de ordem positiva e também necessária, o Brasil passou a ter sancionada a Lei nº 13.409/ 2016, pessoas com deficiência que frequentaram a escola pública em seu ensino médio terão o direito a vagas em cursos de nível médio e em universidades federais:

"Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Vemos a partir da leitura do artigo o grande avanço quando comparado com nossas legislações anteriores ao longo dos séculos em nosso país, pois agora o legislador traz o assunto da deficiência a discussão, a pessoa com deficiência passa a ter seu direito bem claro e conciso na legislação, não somente através de brechas legais como se dava anteriormente. É importante ressaltar que essa previsão legal

tem prazo específico para sua revisão, pois no próximo ano teremos revisão desse programa especial de cotas para acesso à educação superior:

"Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas."

Podemos ponderar que uma das leis mais importantes que desse arcabouço legal foi a Lei 13.409, de 2016, no entanto ainda é necessário ter mais discussões em torno dessa legislação, aja visto que no próximo ano teremos a oportunidade para rever esse programa, para que possa haver mais melhorias na execução dessa lei:

Ainda que se perceba que o público das pessoas com deficiência está ampliando suas oportunidades de escolarização, não há dados estatísticos suficientes para saber mais claramente qual a parcela dessa população que está fora da escola. Também é muito difícil encontrarmos pessoas com deficiência em posição de destaque no mundo do trabalho ou entre os eleitos para o Legislativo e o Executivo. Esse grupo, além de reduzido, enfrenta a situação de invisibilidade que cerca as pessoas com deficiência em sociedade. (SILVA, 2020, p. 21)

Ainda estão na situação apresentada pela autora, situação de invisibilidade para a sociedade, e agora teremos a possibilidade de chamar a sociedade para uma discussão mais ampla e democrática.

8 Procedimentos Metodológicos

8.1 Análise textual

Camargo e Justo diz que poderemos realizar a análise textual que é um tipo específico de análise de dados, na qual tratamos de material verbal transcrito, ou seja, de textos (apud Nascimento-Schulze & Camargo, 2000). Para que ocorra uma compreensão adequada da análise textual é importante compreender conceitos ligados a: Corpus; textos; Análises lexicográficas clássicas; Análise de similitude e nuvem de palavras, a que se frisar que ainda existem outros conceitos que podem ser

trabalhados⁴, não iremos abordar na conceituação, pois não será ferramenta a ser utilizada em nosso estudo.

O conjunto de textos que se pretende analisar recebe o nome de Corpus e é construído ao longo da pesquisa pelo seu autor, já a conceituação de Texto é definido pelo autor e está relacionado a natureza de sua pesquisa, quando a pesquisa está ligada a artigos de Jornais, atas de reunião, cartas, cada documento será um texto, e ao se formar um conjunto de textos teremos constituídos um Corpus de análises (Camargo, 2005).

Necessário discorrermos sob as Análises lexicográficas clássicas que tem como função realizar a identificação da quantidade de palavras, frequência média e a hápax⁵, pois a identificação e reformatação das unidades dos textos serão realizados através das análises lexicográficas clássicas.

Temos ainda a Análise de similitude que é amplamente usada nas áreas de representação social e torna possível por intermédio de sua utilização a identificação de coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação. (Camargo; Justo, 2013), e por último temos a Nuvem de Palavras que agrupa e as organiza em função de sua frequência, sendo uma análise lexical simples com gráficos.

A utilização do IRAMUTEQ pode trazer grandes benefícios para o estudo acadêmico e para a avaliação de dados que estejam relacionados a textos, nas palavras de Camargo e Justos “O processamento de dados permitido pelo software viabiliza o aprimoramento das análises, inclusive em grandes volumes de texto”. (CAMARGO e JUSTO, 2013, p. 5) por esta razão que optamos por utilizar essa metodologia de trabalho, devido sua assertividade e a capacidade de trabalho com grandes volumes de dados.

8.2 Software Iramuteq

A partir de 1980, muitos programas foram desenvolvidos com o objetivo de auxiliar na coleta e análise de dados, e esse avanço foi um grande impulso na área de pesquisa, pois apresentam muitas vantagens, tais como auxílio na organização e

⁴ Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Especificidades.

⁵ Palavra ou expressão de que só existe uma única abonação nos registros da língua.

separação de informações, facilidade no trato dessas informações, bem como a possibilidade em recuperar informações que foram descartadas ou não foram utilizadas.

Várias são as opções de softwares desenvolvidos pelos programadores, temos os que possuem utilização livre, ou seja, estão dentre os vários *softwares* disponíveis, que advêm de um movimento pelo compartilhamento do conhecimento tecnológico baseado em princípios como liberdade de uso, cópia, modificações e redistribuição. (Wall, Lowen, Peres Souza & Thuler, 2018)

Em 2013 começou a ser utilizado no Brasil nas pesquisas envolvendo representações sociais o Software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) que foi desenvolvido na linguagem de programação Python⁶ por Pierre Ratinaud⁷, a importância da utilização em trabalho qualitativo é dada pela possibilidade de alcançar maior exatidão nas análises.

Para a concretização de nosso trabalho foi necessário realizar a instalação do software R realizando o download em www.rproject.org e instalando-o; na sequência foi realizado o download do software IRAMUTEQ no endereço eletrônico www.iramuteq.org e instalá-lo, é importante seguir esta ordem na instalação dos programas, começando pelo R e depois o IRAMUTEQ, pois este último irá se utilizar do R para fazer o processamento das análises (CAMARGO e JUSTO, 2013, p.1)

No decorrer do tempo reservado para realizar a revisão bibliográfica pesquisei em bases de dados do google acadêmico livros e artigos referentes a palavras chaves como: educação especial, legislações brasileiras e educacionais, inclusão, leis de cota, pessoa com deficiência, análise textual e outros termos que foram parecendo relevantes durante a pesquisa.

⁶ Python é uma linguagem Open-Source de propósito geral usado bastante em data science, machine learning, desenvolvimento de web, desenvolvimento de aplicativos, automação de scripts, fintechs

⁷ E mestre de conferência em Ciências da Educação e da formação junto ao Departamento de Ciências da Educação e da Formação da Universidade de Toulouse – 2 – Jean Jaurès (França). Ele é membro da equipe de Psicologia Social da Comunicação do Laboratório LERASS, responsável pelo eixo Mídias e Mediações Sócio-Numéricas deste laboratório e do atelier de análise de dados textuais do Laboratório de Excelência (LABEX) Estruturação dos. Mundos Sociais (SMS). Tais trabalhos têm como foco a dinâmica dos sistemas de representações sociais e profissionais e a análise estatística de dados textuais. Pierre Ratinaud é o desenvolvedor do programa de computador de uso livre IRaMuteQ, programa de análises multidimensionais de textos e questionários.

Com base nos estudos citados acima, foram selecionados os principais artigos que fizeram parte do levantamento bibliográfico para a composição e desenvolvimento deste trabalho. Foram selecionados sete resumos para que fosse elaborado um documento contendo o título e os resumos dos sete artigos – resumos no apêndice A. Desse documento foi elaborado outro que continha o mesmo conteúdo, mas com algumas especificações para ser executado no software Iramuteq, como pode-se observar no seguinte exemplo citado abaixo:

**** *Artigo_1

Este texto se propõe a uma retomada da política educacional e das realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira. Eis os pontos destacados: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente da implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária europeia.

O exemplo mostra a necessidade de nomear cada resumo escolhido com quatro asteriscos, um espaço e outro asterisco e o nome do arquivo. O nome real do referido artigo que o resumo representa consta no documento do apêndice A`.

Assim, executado as análises no software Iramuteq, escolheu-se a análise de similitude e a análise de nuvem de palavras, pois essas análises, destacam palavras que se repetem nos textos escolhidos mostrando a relevância ou não do tema abordado. Não tem o intuito de, por si só, resolver um problema ou responder a uma questão de pesquisa, mas apontam caminhos para o que mais se destaca nos textos do trabalho, assim dando a devida importância ao grupo de texto escolhido.

9 Análises e Discussão dos Resultados

Em nossos dias temos observado claramente debates em vários veículos de comunicação sobre a temática, notamos que existe uma proteção constitucional da pessoa portadora de deficiência, porém através do estudo das legislações anteriores quero analisar se não houve uma omissão legislativa no que tange a matéria, ficara

evidente ao longo das análises de nossas legislações que faltou maior empenho em cuidar dessa questão social tão cara, mas tão importante para uma nação, e por essa razão o interesse em mostrar como não houve uma preocupação de primeira ordem para com as pessoas com deficiência.

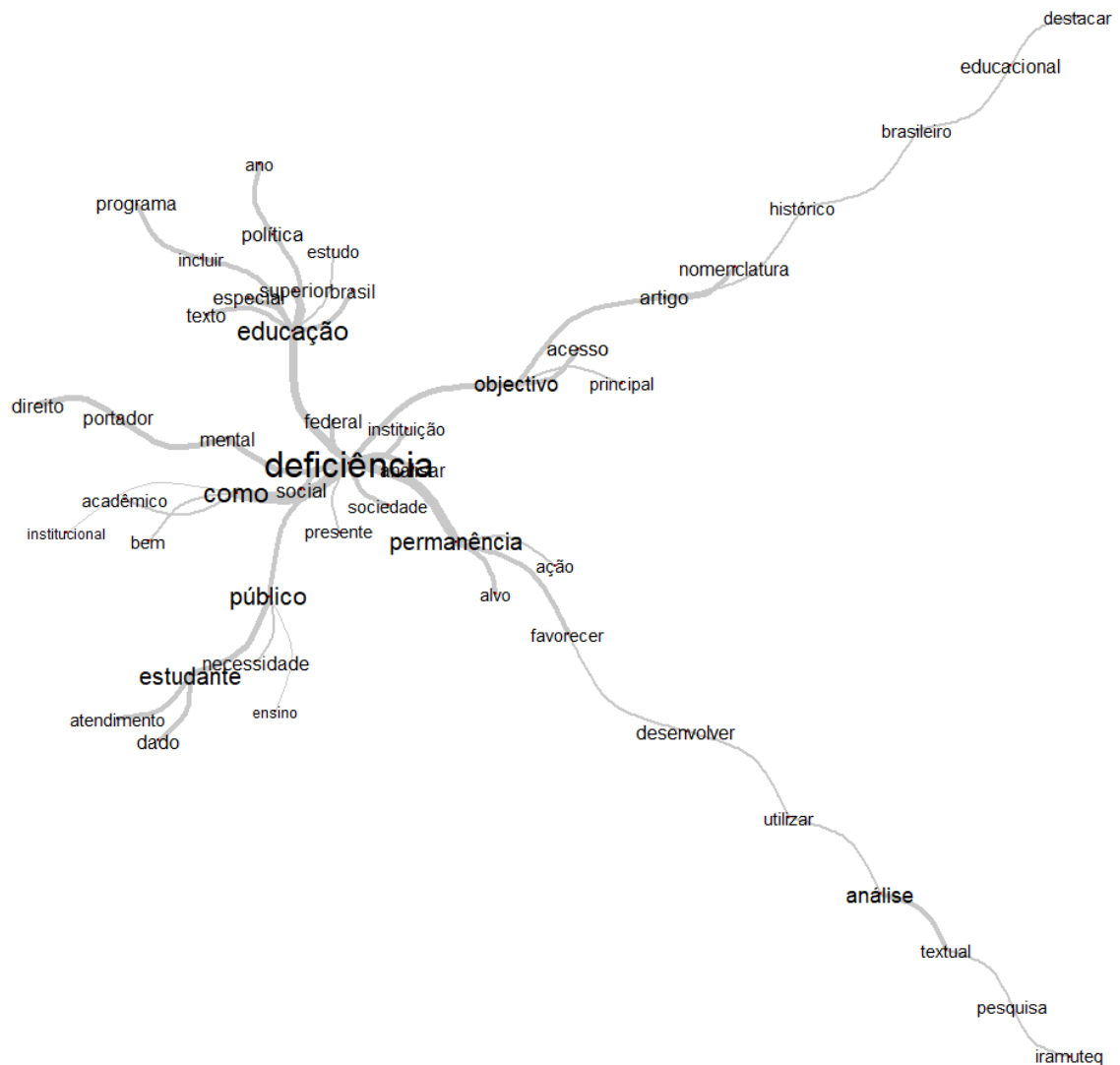
Para o início da análise, como já descrito no item 9, foi usado o documento que consta no apêndice B, esquematizando um corpus textual.

Quando lançado o *corpus* textual no *Iramuteq*, o software tratou os dados, no tempo de 1s, apresentando as seguintes inferências: 7 textos (número de resumos analisados); 32 Segmentos de Textos (ST); um total de 1107 ocorrências (total de palavras apresentadas no corpus); 497 formas (palavras sem contar repetição) e 352 hapax (que aparecem somente uma vez no texto) representando 70,82% das formas e 31,80% das ocorrências.

9.1 Análise de Similitude

Para interpretar estes dados, foi feita uma “Análise de Similitude” (Figura 1) deste corpus.

Figura 1 – Análise de similitude dos resumos dos trabalhos analisados



Fonte: autoria própria, utilizando software Iramuteq

Por meio dessa análise é possível identificar a conexão existente entre as palavras, por meio de suas raízes semânticas lematizadas, permitindo uma identificação do conteúdo e estrutura. Observa-se (Figura 1) que a palavra “deficiência” aparece em destaque (tendo 16 ocorrências) seguido da palavra “educação” (15 ocorrências), fortalecendo a relevância e a importância do tema estudado.

Embora as ocorrências entre elas sejam levemente distintas, verifica-se pela imagem que o vértice que liga as mesmas, apresenta a mesma espessura, inferindo que as duas estão muito próximas nos textos. Da ramificação da palavra “educação”, emergem expressões como “especial”, “superior”, “política”, “Brasil” e etc., que por

meio da representação na imagem, bem como pela leitura do trabalho feita anteriormente, permite inferir sobre as concepções sociais da política no Brasil com relação a educação superior. Pode ser observado que entre as expressões “educação” e “deficiência”, emerge “federal”, possibilitando a inferência de que se relata nos textos que as políticas de educação para as pessoas com deficiências parte de um contexto de nível federal e se ramificam por todo o país.

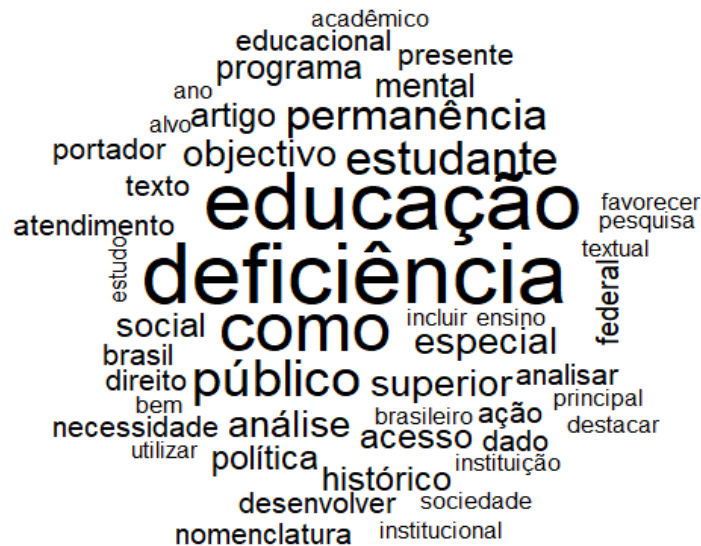
Observa-se também, que, uma das ramificações de “deficiência” emerge a palavra “estudante”, tendo a palavra “público” entre as palavras “deficiência” e “estudante”, deixando claro que os estudos realizados tem como público-alvo os estudantes que são pessoas com deficiências.

Fica bem evidente na figura 1 que a palavra principal é “deficiência”, deixando bem claro, que o tema central estudado. E suas ramificações principais, ressaltam as palavras “educação”, “objetivo”, “permanência”, “público”, “estudante”, “como”, que são complementos fundamentais para concluir a revisão bibliográfica feita, contribuindo com o tema central.

9.2 Análise por meio de nuvem de palavras

Veremos na sequência como fica uma análise realizada através do recursos de nuvens de palavras, onde veremos que a disposição das palavras criam uma espécie de nuvens com as palavras mais importantes do trabalho, ou que tem uma maior relevância e incidência ao longo de todo trabalho analisado, conforme podemos examinar na figura 2:

Figura 2 – Análise de nuvem de palavras dos resumos dos trabalhos analisados



Fonte: autoria própria, utilizando software Iramuteq

No estudo da análise de nuvem de palavras sabe-se que o tamanho das letras mostra a relevância de cada uma delas no corpus textuais escolhido. A Figura 2 é uma asserção da Figura 1, onde as palavras educação e deficiência estão centralizadas e com seu tamanho de letra relativamente maior que as demais, mostram a relevância e a importância do tema estudado. Isso fica evidente quando vemos os artigos (corpus) *Artigo_2, *Artigo_3 e o *Artigo_4, que tem uma correlação entre si, e discorrem sobre a educação especial como tema central e abordando assuntos correlacionados como o histórico da educação especial no Brasil e o acesso e a permanência dos estudantes com deficiências nas universidades Brasileiras, e as palavras “educação”, “superior”, “especial”, “permanência” e “estudante”, aparecem

com destaque mas já com letras menores em volta do centro, nos reafirmando o propósito do tema estudado.

10 Conclusão

Ao realizar o levantamento bibliográfico do tema Educação Especial no Ensino Superior foi possível constatar que, a motivação que partiu de minha vivência, como pessoa com deficiência nos bancos escolares do Ensino Fundamental e médio, até os bancos da Universidade Pública, relata através de uma análise social, política e histórica todo o descaso vivido em relações às leis, ou melhor, em relação à falta delas, para que houvesse uma educação especial de qualidade.

Para tal revisão e composição do referido trabalho foram estudados e analisados trechos de livros, livros e artigos sobre deficiência, educação, educação especial, constituição, entre outros temas relevantes.

Com o texto pronto foi observado a necessidade de validar e potencializar a importância do tema descrito. Dessa forma, foi utilizada a análise de corpus textual em textos principais que compuseram o referido trabalho. As análises usadas de similitude e nuvem de palavras permitiram verificar que as palavras destacadas em relação às maiores frequências e alto grau de relevância assertivamente representassem o foco principal do referido trabalho de revisão bibliográfica. Palavras de destaque como Deficiência e Educação ora são origem de ramificações de outras palavras importantes, ora estão envoltas em palavras expressivas, de forma que, mostra que os textos escolhidos para preparação do trabalho realmente são uma base sólida para o desenvolvimento do tema e oportuniza uma forma de leitura dinâmica do referido trabalho e chegando a um nível de compreensão do mesmo, sem conhecê-lo por inteiro.

Pode-se colocar que, em relação ao universo investigado, as menções de *corpus* (para uma análise textual) estão vinculadas às metodologias analíticas adotadas, majoritariamente a AC (francesa), a AD (francesa) e a ATD. Apesar deste vínculo, foram evidenciadas fragilidades nas compreensões e concepções do que deve ser um *corpus* e de como ele deve ser elaborado e processado.

É essencial, entretanto, que a pesquisa em corpus não seja vista apenas como uma metodologia, e sim como uma abordagem teórica que permite múltiplas

aplicações, para que conquiste cada vez mais espaços acadêmicos e políticos que possibilitem que ela cresça e continue a exercer a sua função primordial que é contribuir, empiricamente, para o conhecimento mais profundo, abrangente e teórico da linguagem e, em especial, do Português do Brasil.

REFERÊNCIAS

Silva, Cristiane Ribeiro da. **A lei de reserva de vagas para estudantes com deficiência nos Institutos Federais de Educação: desafios e perspectivas nas políticas institucionais** / Cristiane Ribeiro da Silva. - Curitiba, 2020.

IRAMUTEQ: **Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais Temas em Psicologia** – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518 DOI: 10.9788/TP2013.2-16

BODART, Cristiano das Neves. **Contraposições de Karl Marx às ideias contratualistas**. Blog Café com Sociologia. Mai. 2016. Disponível em: <<https://wp.me/p9J6ss-K>>. Acessado em: 01 agosto de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934. Cad76_04ARTIGOS.pmd 1/4/2009, 09:58 298 Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008 299 Disponível em Dermeval Saviani aplicados na educação

COSTA, M. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo; Martins Fontes: 2002.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas implicações**. IBPEX, Curitiba, 2008

GRAMSCI, a. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao> acesso em: 30 de jun. 2021 <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/atividades-anteriores/exposicoes-2018/o-brasil-em-construcao-30-anos-da-constituicao-cidada> acesso em 09/08/2021 às 15:54.

LE MOS, Edison Ribeiro. José Álvares de Azevedo: Patrono da Educação dos Cegos no Brasil. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, nº 24, abril de 2003

Maciel, C. E.; aNaChE, a. a. a permanência de estudantes com deficiência nas universidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 71-86, dez. 2017.

Maciel, Carina Elisabeth; Buytendorp, Adriana Aparecida Burato Marques; Meneses, Stéfani Quevedo de. **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: Acesso e permanência para estudantes com deficiência em uma universidade federal**. Revista Multidisciplinar Plurais. Salvador, v.3, n.3, p. 114- 135, set./dez. 2018.

MALISKA, Marcos Augusto. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editores, 2001.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, Contribuição à crítica da economia política. Textos sobre educação e ensino. 2º ed. Rio de Janeiro: Moraes, 1992.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Um breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogia. Medellín, vol. 22, n. 57, mai/ago, 93-109, 2010.

MORAES, Alexandre de et al. **Constituição Federal Comentada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial**. Rio – São Paulo: ABC, 2005.

SILVA OM. **A epopéia ignorada – A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

WEBER, Marx. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. V.2, Brasília: UnB, 1999.

APÊNDICE A

Artigo 1

O LEGADO EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR

Resumo

Este texto se propõe a uma retomada da política educacional e das realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira. Eis os pontos destacados: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente da implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária européia.

Palavras-chave: Estado e educação. Política educacional. Educação no regime militar.

Artigo 2

A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Resumo

O presente texto tem como objetivo analisar o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior como estratégia de permanência da pessoa com deficiência na educação superior. O Programa Incluir foi criado em 2005 e tem o “[...] objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições federais de educação superior (IFEs)” (BRASIL, 2013). A metodologia utilizada no texto foi análise documental e bibliográfica. Os dados analisados indicam que o Programa Incluir vem sendo uma das possibilidades para favorecer a permanência de estudantes, público-alvo da Educação Especial, desenvolvendo seus estudos na educação superior.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação superior. Políticas públicas. Programa Incluir.

Artigo 3

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar políticas destinadas a favorecer o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em uma Universidade Federal. A Instituição analisada, adota a política de cotas para pessoas com deficiência, desde o ano de 2017, no entanto já desenvolve ações para favorecer a permanência, deste público-alvo, há mais tempo. O resgate legislativo atrelado a retomada cronológica de incentivo a permanência de acadêmicos com deficiência, teve como destaque o ano de 2008, no qual foi ratificada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para a realização da pesquisa documental utilizamos Relatórios de Gestão e dados estatísticos de

estudantes ingressantes e concluintes, de modo a evidenciar informações sobre o público em questão. Também fizemos uso de outros documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI), a fim de elucidar relações entre a prédica e a prática da inclusão educacional. O fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado e a organização dos dados sobre os estudantes com deficiência, são destacados como elementos determinantes para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes público-alvo da educação especial na educação superior. A imprecisão do número de pessoas com deficiência, dentro da Instituição de Educação Superior, refreia o acompanhamento desses estudantes, por conseguinte, compromete o atendimento de suas reais necessidades. Verificou-se que as ações efetivadas pela divisão responsável por prestar atendimento a esse público, representam avanço no que se refere ao atendimento destes estudantes, entretanto, tais ações precisam ser ampliadas e institucionalizadas, conseqüentemente adquirindo assim, maior notoriedade na seara acadêmica, para que possam resultar na expressiva execução das atividades apontadas nos relatórios, implicando em avaliações alternativas, bem como adequação didática e demais intervenções no currículo, como também orientações acerca das particularidades de cada deficiência in loco, que considerem as singularidades de cada estudante, para de fato fomentar um currículo acessível e significativo, que atinja não apenas resultados para uma vida acadêmica, mas que possam contribuir com o sentimento de pertença social desses sujeitos.

Palavras Chaves: Política de Educação Superior. Educação Especial. Estudante com Deficiência.

Artigo 4

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Resumo

O objetivo deste artigo consistiu em apresentar uma compilação dos principais fatos históricos da educação especial no Brasil relacionados a história política do país. Os acontecimentos históricos foram extraídos de estudos históricos existentes sobre educação especial brasileira. O texto destaca os principais acontecimentos nos períodos: Pré-Republicano, da Primeira República, do Estado Novo, da Segunda República, da Ditadura Militar, da Abertura Política e das Reformas Neoliberais do Estado dos anos noventa. Finalmente algumas inferências a partir desse retrato histórico são extraídas sobre as perspectivas futuras para a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na realidade brasileira.

Palabras clave Educação especial brasileira, estados inferiores da inteligência, assistência à deficiência, institucionalização da filantropia, fomento ao assistencialismo à questão da deficiência, educação inclusiva.

Artigo 5

A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Resumo

O presente trabalho tem por objeto a análise dos princípios e direitos constitucionais presentes na Constituição Federal de 1988, que visam dar proteção às pessoas portadoras de deficiência mental, e a sua real efetividade. Para tanto, será dado enfoque à aplicabilidade das normas jurídicas no sentido de verificar se essas normas são suficientes para a efetiva proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência mental, bem como os deveres

decorrentes do Estado e da sociedade para efetivá-la. Para alcançar este objetivo, analisar-se-á o conceito de deficiência mental e sua relação com o termo limitação, diferenciando-o da ideia de inferioridade. Posteriormente, tratar-se-á dos direitos inerentes à integração social das pessoas portadoras de deficiência mental. Por fim, concluir-se-á se tanto o Estado quanto a sociedade têm cumprido seus papéis de garantidores dos direitos das pessoas portadoras de deficiência mental.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiência Mental; Inclusão Social; Estado; Sociedade

Artigo 6

AS TRANSFORMAÇÕES DA NOMENCLATURA DE REFERÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O IMPACTO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

RESUMO

Esse artigo se propõe a fazer um regaste histórico da nomenclatura de referência à pessoa com deficiência, e a importância disso para a mudança de ótica quanto a essas pessoas na sociedade, pois a transformação da nomenclatura faz com que as pessoas com deficiência deixem de ser vistas como um fardo social e passem a ser vistas como seres resultantes da diversidade humana. O objetivo principal deste artigo é traçar uma linha de tempo, mostrando a evolução da nomenclatura e sua importância sóciohistórica, para se poder pensar em políticas públicas de inclusão e acesso a ambientes antes impensáveis. A proposta desse artigo é demonstrar a evolução da nomenclatura e, principalmente, do conceito social diante do público com deficiência, além disso, demonstrar que o termo de referência está em constante processo de mudança, e assim seguirá, pois busca atender às necessidades vigentes desse público.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Nomenclatura, Inclusão, Comunicação, Jornalismo

Artigo 7

IRAMUTEQ: UM SOFTWARE GRATUITO PARA ANÁLISE DE DADOS TEXTUAIS

Resumo

Esta nota visa apresentar o software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Trata-se de um programa informático gratuito, que se ancora no software R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras. Desenvolvido inicialmente em língua francesa, este programa começou a ser utilizado no Brasil em 2013. O dicionário experimental em língua portuguesa encontra-se em fase de aprimoramento, embora já seja bastante adequado. O IRAMUTEQ possibilita os seguintes tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Pelo seu rigor estatístico, pelas diferentes possibilidades de análise, interface simples e compreensível, e, sobretudo por seu acesso gratuito, o IRAMUTEQ pode trazer muitas contribuições aos estudos em ciências humanas e sociais, que têm o conteúdo simbólico proveniente dos materiais textuais como uma fonte importante de dados de pesquisa.

Palavras-chave: Análise textual, classificação hierárquica descendente, IRAMUTEQ

APÊNDICE B

**** *Artigo_1

Este texto se propõe a uma retomada da política educacional e das realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira. Eis os pontos destacados: vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente da implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária europeia.

**** *Artigo_2

O presente texto tem como objetivo analisar o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior como estratégia de permanência da pessoa com deficiência na educação superior. O Programa Incluir foi criado em 2005 e tem o “[...] objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições federais de educação superior (IFEs)” (BRASIL, 2013). A metodologia utilizada no texto foi análise documental e bibliográfica. Os dados analisados indicam que o Programa Incluir vem sendo uma das possibilidades para favorecer a permanência de estudantes, público-alvo da Educação Especial, desenvolvendo seus estudos na educação superior.

**** *Artigo_3

Este artigo tem como objetivo analisar políticas destinadas a favorecer o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em uma Universidade Federal. A Instituição analisada, adota a política de cotas para pessoas com deficiência, desde o ano de 2017, no entanto já desenvolve ações para favorecer a permanência, deste público-alvo, há mais tempo. O resgate legislativo atrelado a retomada cronológica de incentivo a permanência de acadêmicos com deficiência, teve como destaque o ano de 2008, no qual foi ratificada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para a realização da pesquisa documental utilizamos Relatórios de Gestão e dados estatísticos de estudantes ingressantes e concluintes, de modo a evidenciar informações sobre o público em questão. Também fizemos uso de outros documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI), a fim de elucidar relações entre a prédica e a prática da inclusão educacional. O fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado e a organização dos dados sobre os estudantes com

deficiência, são destacados como elementos determinantes para a ampliação do acesso e da permanência de estudantes público-alvo da educação especial na educação superior. A imprecisão do número de pessoas com deficiência, dentro da Instituição de Educação Superior, refreia o acompanhamento desses estudantes, por conseguinte, compromete o atendimento de suas reais necessidades. Verificou-se que as ações efetivadas pela divisão responsável por prestar atendimento a esse público, representam avanço no que se refere ao atendimento destes estudantes, entretanto, tais ações precisam ser ampliadas e institucionalizadas, conseqüentemente adquirindo assim, maior notoriedade na seara acadêmica, para que possam resultar na expressiva execução das atividades apontadas nos relatórios, implicando em avaliações alternativas, bem como adequação didática e demais intervenções no currículo, como também orientações acerca das particularidades de cada deficiência in loco, que considerem as singularidades de cada estudante, para de fato fomentar um currículo acessível e significativo, que atinja não apenas resultados para uma vida acadêmica, mas que possam contribuir com o sentimento de pertença social desses sujeitos.

**** *Artigo_4

O objetivo deste artigo consistiu em apresentar uma compilação dos principais fatos históricos da educação especial no Brasil relacionados a história política do país. Os acontecimentos históricos foram extraídos de estudos históricos existentes sobre educação especial brasileira. O texto destaca os principais acontecimentos nos períodos: Pré-Republicano, da Primeira República, do Estado Novo, da Segunda República, da Ditadura Militar, da Abertura Política e das Reformas Neoliberais do Estado dos anos noventa. Finalmente algumas inferências a partir desse retrato histórico são extraídas sobre as perspectivas futuras para a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na realidade brasileira.

**** *Artigo_5

O presente trabalho tem por objeto a análise dos princípios e direitos constitucionais presentes na Constituição Federal de 1988, que visam dar proteção às pessoas portadoras de deficiência mental, e a sua real efetividade. Para tanto, será dado enfoque à aplicabilidade das normas jurídicas no sentido de verificar se essas normas são suficientes para a efetiva proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência mental, bem como os deveres decorrentes do Estado e da sociedade para efetivá-la. Para alcançar este objetivo, analisar-se-á o conceito de deficiência mental e sua relação com o termo limitação, diferenciando-o da ideia de inferioridade. Posteriormente, tratar-se-á dos direitos inerentes à integração social das pessoas portadoras de deficiência mental. Por fim, concluir-se-á se tanto o Estado quanto a sociedade têm cumprido seus papéis de garantidores dos direitos das pessoas portadoras de deficiência mental.

**** *Artigo_6

Esse artigo se propõe a fazer um regaste histórico da nomenclatura de referência à pessoa com deficiência, e a importância disso para a mudança de ótica quanto a essas pessoas na sociedade, pois a transformação da nomenclatura faz com que as pessoas com deficiência deixem de ser vistas como um fardo social e passem a ser vistas como seres resultantes da diversidade humana. O objetivo principal deste artigo é traçar uma linha de tempo, mostrando a evolução da nomenclatura e sua importância sócio histórica, para se poder pensar em políticas públicas de inclusão e acesso a ambientes antes impensáveis. A proposta desse artigo é demonstrar a evolução da nomenclatura e, principalmente, do conceito social diante do público com deficiência, além disso, demonstrar que o termo de referência está em constante processo de mudança, e assim seguirá, pois busca atender às necessidades vigentes desse público.

**** *Artigo_7

Esta nota visa apresentar o software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Trata-se de um programa informático gratuito, que se ancora no software R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras. Desenvolvido inicialmente em língua francesa, este programa começou a ser utilizado no Brasil em 2013. O dicionário experimental em língua portuguesa encontra-se em fase de aprimoramento, embora já seja bastante adequado. O IRAMUTEQ possibilita os seguintes tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Pelo seu rigor estatístico, pelas diferentes possibilidades de análise, interface simples e compreensível, e, sobretudo por seu acesso gratuito, o IRAMUTEQ pode trazer muitas contribuições aos estudos em ciências humanas e sociais, que têm o conteúdo simbólico proveniente dos materiais textuais como uma fonte importante de dados de pesquisa.